

NOTA SOBRE OS “CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA A DISTÂNCIA DO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE”

O SINASEFE-IFSul vem a público manifestar preocupação com a recente política de qualificação profissional, baseada em “cursos online abertos e massivos”, implementada pela gestão do IFSul. Entendemos que esse tipo de educação aligeirada corrompe o Projeto Pedagógico da instituição e alinha o IFSul à política de exclusão e precarização do atual Governo Federal.

A Rede de Institutos Federais foi desenvolvida sobre a concepção de que a educação para o trabalho deve ser contextualizada, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. Nesse sentido, nosso trabalho enquanto instituição deveria romper com a lógica da educação como mero treinamento instrumental. O Projeto Pedagógico do IFSul ratifica esses princípios quando elege como missão a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico como marco fundamental. Lamentavelmente, temos visto políticas educacionais no IFSul desviarem-se desses princípios, voltando-se ao simples treinamento por meio de cursos FIC e à educação utilitária, desvinculada de qualquer sentido emancipatório.

Conforme o IFSul apresenta, os cursos em questão “têm o objetivo de preparar jovens e trabalhadores para a inserção e reinserção no mundo do trabalho”. Precisamos perguntar: Que tipo de formação terá o estudante nessa modalidade de educação em que sequer existe a mediação docente? Que domínio da técnica terá o profissional formado nessas parcas cem ou duzentas horas? Que lugar no mundo do trabalho está reservado para o sujeito formado por esses cursos “massivos”? Parece-nos óbvio que essa política educacional está comprometida com a formação dos trabalhadores precarizados, tão requisitados pela economia neoliberal vigente. Nos causa preocupação o rumo que a instituição toma ao alienar-se de seus próprios princípios éticos e políticos.

É preciso falar também do caráter excludente dos tais “cursos online abertos e massivos”. Assistimos diariamente ao descaso do Governo Federal com relação à exclusão social que se agrava pela pandemia de Coronavírus. Nesse contexto, o MEC tem estimulado a educação a distância como panaceia para a educação, precarizando-a e deixando de lado toda a parte da população que não tem condições materiais para acessar esse tipo de ensino. Vamos crer que os 70 milhões de pessoas que solicitaram o Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 tenham acesso a rede de internet para inscreverem-se nos cursos “massivos” do IFSul? Atualmente no Brasil um em cada cinco lares não tem acesso à internet. Que meios essa fração a população terá para acessar esses cursos? Ao conceber essa política, a gestão do IFSul esqueceu-se de que a educação é um direito social, já que tal formação não destina-se aos mais pobres.

Este contexto de crise econômica/sanitária tem sido balão de ensaio para uma série de tentativas de ataque à classe trabalhadora, como a retirada de direitos trabalhistas e a transformação da educação pública em mercadoria. É preciso resistir! É preciso defender a educação gratuita universal, de qualidade e referenciada socialmente. Essa é a posição da Direção do SINASEFE-IFSul.